

VERDADE, LIBERDADE E POLÍTICA: HANNAH ARENDT E A CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA*

TRUTH, FREEDOM, AND POLITICS: HANNAH ARENDT AND BRAZILIAN CONTEMPORANEITY

Lucas Barreto Dias**

RESUMO

Mundialmente, o tema da mentira adentrou o espaço da política de maneira tão evidente que o termo *fake news* passou a figurar entre um dos problemas mais discutidos no cenário político contemporâneo. Sob a égide da liberdade de expressão, opiniões representativas de opressões históricas passaram a ganhar espaço no debate público, mesmo que para isso precisem negar os fatos e acontecimentos que forjaram nossa história. Com base nisso, explica-se que as verdades factuais, ao propiciar a formação de nossa opinião, são condições para o exercício da liberdade política e proporcionam a proteção de um mundo comum. Para tanto, o pensamento de Hannah Arendt serve como sustentação teórica a partir de duas preocupações: a legitimidade do “dizer a verdade” frente a sua possível inconveniência política, e os perigos quando a mentira tenta dominar as discussões públicas e impossibilita o debate sobre os fatos e as suas interpretações. O contraponto, nesta reflexão, diz respeito à contemporaneidade brasileira e a propagação das chamadas *fake news* sob a alegação da liberdade de expressão como objetivo não de propiciar uma liberdade política autêntica, mas a dominação e a aniquilação de um mundo comum, o fim da democracia e da república em vista de uma autocracia.

PALAVRAS-CHAVE: verdade factual; opinião; mundo comum; mentira; Brasil.

ABSTRACT

Worldwide, the subject of lying has entered the political space in such an evident way that the term *fake news* has become one of the most discussed problems in the contemporary political scenario. Under the aegis of freedom of expression, opinions representing historical oppressions began to gain space in public debate, even if for that they need to deny the facts and events that forged our history. Based on this, it is explained that factual truths, by providing the formation of our opinion, are conditions for the exercise of political freedom and provide the protection of a common world. To this end, Hannah Arendt's thought serves as theoretical support based on two concerns: the legitimacy of "telling the truth", in the face of its possible political inconvenience, and the dangers when lies try to dominate public discussions and make it impossible to debate about the facts and their interpretations. The counterpoint, in this reflection, concerns the Brazilian contemporaneity and the spread of so-called *fake news* under the allegation of freedom of expression as a goal not to provide authentic political freedom, but the domination and annihilation of a common world, the end of democracy and the republic in view of an autocracy.

KEYWORDS: Factual truth; Lie; Opinion; Common world; Brazil.

* Artigo recebido em 12/11/2023 e aprovado para publicação em 20/12/2023.

** Doutor em Filosofia pela UFMG e Mestre em Filosofia pela UFC. Professor do Instituto Federal do Ceará - IFCE, campus Fortaleza. Docente do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará -UECE. E-mail: lucas.noglb@gmail.com.

A TIRANIA DA VERDADE

Para Hannah Arendt, a discussão sobre a verdade é desenvolvida não sob um ponto de vista metafísico, mas, sim, por meio de considerações políticas, de tal modo que é também uma discussão sobre o mundo comum e sobre a pluralidade humana. Após analisar na década de 1940 e 1950 os elementos dos regimes totalitários – entre eles, a propaganda, a mentira organizada e a ideologia como forma de reduzir o mundo a uma visão monolítica (Arendt, 1989) –, a filósofa judio-alemã buscou compreender por diversas vezes o que condiciona e o que escapa de nossas experiências políticas. Arendt tem em seu radar teórico alguns acontecimentos que ela julga de singular importância para se compreender o fenômeno político: seu olhar volta-se, por um lado, à fundação e à manutenção da *pólis* grega (Arendt, 2018) e da República romana (Arendt, 2011), ao mesmo tempo que faz uma interpretação das revoluções estadunidense e francesa (Arendt, 2011), enquanto, por outro lado, vislumbra a mais pura negação da política – o Totalitarismo –, e se questiona sobre “o que estamos fazendo” contemporaneamente.

Em suas reflexões, Arendt realiza um intenso debate com a tradição do pensamento político, seja absorvendo para si – ainda que de maneira original – ideias provenientes de Aristóteles, Agostinho, Kant, Jaspers etc., seja para se distanciar do que compreende ter se tornado o modelo clássico pelo qual a filosofia encarou a política. De maneira resumida, este “modelo” teria se originado com Platão, que, desesperançoso com a corrupção política em Atenas – a ponto de levar à morte de Sócrates –, teria buscado no âmbito puramente racional uma forma de normatizar e estabilizar a vida da cidade (Arendt, 1990). Platão, na interpretação de Arendt, teria posto, como uma das funções do Filósofo, a busca pela razão de uma verdade absoluta sobre qual a melhor forma de organização humana. A busca pela ordem seria de cunho filosófico, de modo que a fundação e a manutenção do regime político platônico seriam estabelecidas e mantidas pelo chamado Rei-Filósofo. A isso, no texto “Verdade e política”, Arendt chama de “Tiranania da verdade”.

A exigência de Platão para que o *filósofo* governe a cidade deve ser vista sob o pano de fundo dos preconceitos da cidade contra os filósofos: o sábio não saberia o que é bom para si, o que o tornava ainda mais inapto a saber o que seria bom para a *pólis*. Em termos mais diretos, a cidade não considerava os sábios como adequados para o governo. A pretensão de Platão seria mostrar que a preocupação do filósofo com a verdade o conduziria à ideia do bem e, por isso, deveria governar a cidade. Assim, o filósofo não se transformaria em um *good-for-*

nothing (Arendt, 1990, p. 77), uma vez que ele pode alcançar a própria essência do bem [*good*]; ademais, as ideias que o filósofo platônico contempla são mais que belas, são, sobretudo, valiosas.

Arendt, todavia, interpreta a investida platônica em contraste com a atuação filosófico-política de Sócrates. O mestre de Platão punha-se a dialogar com outros cidadãos a fim de estimulá-los a expor suas opiniões de tal modo que eles não se contradissem, isto é, em um primeiro momento, era bastante comum Sócrates fazer seus interlocutores se contradizerem, ao passo que, mostrando a eles que eles próprios não pensavam suficientemente bem acerca de suas opiniões (não as analisavam sob perspectivas diversas), isso os faria refletir melhor sobre o que diziam. Sócrates, por essa razão, não se afirmava um sábio, mas um amante da sabedoria. A questão socrática é que “enquanto um filósofo, ele verdadeiramente nada tinha a ensinar a seus concidadãos” (Arendt, 1990, p. 78, tradução nossa). Trata-se, já adiante, do modo pelo qual Arendt vai pensar a formação de nossas próprias opiniões.

Arendt, nesse sentido, aponta, aqui, a conclusão antissocrática de Platão: uma tirania da verdade em que não é o que é temporalmente bom – alvo da persuasão – que importa, mas a verdade eterna da qual os homens não podem ser persuadidos racionalmente – pois precisariam realizar o mesmo procedimento de investigação do filósofo –, mas que podem ser estimulados por meio da autoridade de quem a professa, ou, ainda, por medos provenientes de estórias inventadas, os mitos. Curiosamente, Arendt comenta, Platão faz uso dos *mitos do além* em seus diálogos políticos; os mitos não são nem mera opinião, nem, certamente, verdade, mas são “estórias que podem amedrontar, ou seja, uma tentativa de usar a violência somente por meio das palavras” (Arendt, 1990, p. 80, tradução nossa).

Mas, enfim, qual a relevância contemporânea dessa perspectiva para pensarmos a relação entre Verdade e Política? Não estaria há muito ultrapassada essa perspectiva de uma verdade absoluta capaz de servir de norma a tudo? Pois bem, embora não queira imputar a Platão a alcunha de “tirano”, é curioso ver que a própria Arendt indica certa “deformação profissional” junto aos pensadores que levaram a atividade do pensamento às últimas consequências, incluindo Platão e Heidegger, o que os teria feito recorrer “aos tiranos e ditadores” (Arendt, 2008, p. 290). O problema não é, no entanto, a atividade do pensar, mas, sim, a tentativa de encontrar um modelo único pelo qual a vida possa ser compreendida e, a partir disso, chamá-lo de *verdade*.

O modelo racional platônico fez escola na filosofia, mas talvez tenha sido sua versão religiosa, via cristianismo, que mais tenha feito sucesso. O domínio da Igreja Católica, por

exemplo, se baseou na ideia de verdade revelada em que não é o temporalmente bom que está em questão, mas uma concepção de bondade e justiça eternas que devem ser aceitas como ato de fé. Mais recentemente, no Brasil, pudemos ver uma estratégia proveniente de tal modelo: usando o evangelho de João (8: 32), “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Bíblia, 2016, p. 360), o ex-presidente Jair Bolsonaro professava um apelo constante à verdade junto a uma perspectiva pretensamente religiosa que daria suporte ao seu governo, sob o título de “Deus, Pátria e Família”.

A verdade posta como “libertadora” por Bolsonaro, em uma primeira perspectiva, se inscreve em uma instância curiosamente não mundana, isto é, ela está fora daquilo que se pode vislumbrar no mundo, de modo que, justamente por ser externa e superior, deve ser posta como acima de quaisquer opiniões e verdades referentes a eventos específicos. A ideia por detrás disso é: não importam os acontecimentos, desde que haja uma verdade superior a me amparar. Logo se vê, nesse caso, um possível modo de lermos a noção de “Tiranía da verdade” em que não é uma formulação racional, mas um apelo a valores e a tradições que ganham um *status* de verdade; essa verdade se insere não em eventos, mas em um modelo de julgar o que ocorre no mundo a partir dos critérios valorativos, sem quaisquer reflexões ou discussões acerca de tais valores.

Esse modo de julgar a partir de valores postos como *a verdade* soa, inclusive, estranho ao próprio capítulo 8 do evangelho de João. Sem pretensões teológicas ou similares, segundo Frederico Lourenço (Bíblia, 2016, p. 357), trata-se de uma passagem apócrifa ao evangelho de João que nos narra o famoso evento da mulher acusada de cometer adultério. Ressalta-se, nesse episódio, que Jesus teria dispersado os que queriam fazer valer a lei de Moisés de apedrejá-la simplesmente incitando que tão-somente os que nunca haviam errado que então arremessassem a pedra. Ao fim desse momento, Jesus teria dito, no Evangelho de João (8:15), que ele também não a condenaria e, voltando a falar com os escribas e fariseus, afirma: “Vós julgais segundo a carne; eu não julgo ninguém” (Bíblia, 2016, p. 357).

A perspectiva adotada por Bolsonaro, por sua vez, transforma valores religiosos – e não os republicanos – em modo pelo qual se deve julgar. A medida deixa de ser a lei e passa a ser uma forma ideológica de encarar a existência. A verdade é tornada estranha a quem não compartilha da mesma ideologia, pois é ato de fé. A tirania da verdade não é, assim, uma tirania da *verdade*, mas sim de uma ideologia posta como verdadeira e que deve ser encarada como superior a quaisquer outras esferas da existência humana.

1 O CONTROLE SOBRE A VERDADE

Por certo que a “Tiranía da verdade” mencionada aqui diz respeito a uma perspectiva singular e, eu diria, enganosa de compreender a própria verdade. Afirmo que tal forma do uso da verdade possui uma finalidade específica: exercer dominação. O modo básico de funcionamento é pela forma de justificar, ou mesmo de camuflar, certas ações e falas, estas, que junto à “verdade”, aprofundam o controle político de um determinado grupo. Essa estrutura, inclusive, é bem exposta no clássico *1984*, de George Orwell, em que o partido mantém seu domínio, entre outras formas, pelo controle da verdade. O chamado *Ministério da verdade* tem justamente a função de falsificar documentos e apagar registros que possam vir a trazer quaisquer dúvidas ou falta de credibilidade ao partido que detém o controle de tudo. Como nos conta a distopia, o ministério da verdade era “responsável por notícias, entretenimento, educação e belas-artes” (Orwell, 2009, p. 14), o que fazia que todas as notícias fossem filtradas segundo os interesses do partido, que todo entretenimento suplantasse a cultura reflexiva, que a educação não fosse libertadora e que as belas-artes fossem inofensivas.

É pelo controle das notícias, isto é, da verdade acerca dos fatos, que se exerce parte da dominação. Essa forma de controlar a verdade demonstra não apenas o seu uso para fins políticos, mas, sim, a negação da verdade como método de exercer domínio. É nesse sentido que Arendt nos diz como há uma longa e complexa história de conflito entre verdade e política. Nesse percurso, “os que perseguem e os que contam a verdade [*truthseekers and truth-tellers*]” (Arendt, 2006, p. 225, tradução nossa) ou eram ridicularizados em sua defesa da verdade, quando não se envolviam com o curso das coisas, ou, quando recorriam ao reconhecimento de seus pares quanto à verdade que lhes apresentava, tinham a vida posta em risco.

Para Hobbes (2000), por exemplo, segundo Arendt, a verdade teria um filtro: o lucro e o prazer dos homens. Isto é, contanto que não obstrua o lucro e o prazer, a verdade pode correr livre. Na concepção hobbesiana, a verdade indiferente é aquela que pode prosperar: a matemática é o exemplo do autor de *O Leviatã*, caso ela se interpusesse aos interesses humanos, suas teses teriam sido suprimidas. Hobbes, certamente, não conheceu o regime totalitário – muito distinto das monarquias absolutas que ele pôde observar – para perceber, como o fez Orwell, que mesmo uma certeza tal como $2 + 2 = 4$ pode ser subvertida para $2 + 2 = 5$, não porque a matemática contrarie quaisquer interesses, mas porque a força do regime

totalitário demanda sua atuação em todos os setores, tudo precisa parecer fugidio e nenhuma verdade pode ser postulada.

Não obstante isso, Arendt pensa que mesmo as proposições matemáticas básicas conseguem se manter com mais facilidade ao acesso da mente humana, considerando que os maiores riscos estariam para as demais ciências, de tal modo que aquele conjunto de conhecimento acumulado e corrigido de Galileu a Einstein estaria mais propenso a ser perdido. Por fim, seriam as ideias – as verdades eternas, tal como Platão as entende – aquelas que estariam mais vulneráveis. Conseguimos, aqui, perceber três tipos distintos de verdade aos quais Arendt recorre: i) as matemáticas, ii) as científicas e iii) as filosóficas; cada uma se posicionando em um nível distinto de risco, sendo as primeiras as mais difíceis de serem erradicadas, enquanto as últimas seriam as mais frágeis.

Arendt assume em parte a distinção feita por Leibniz entre verdades de fato e verdades da razão, sendo esta última a que agrega as três outras verdades discutidas anteriormente. Sua preocupação é mais política que filosófica, pois o que está em discussão é saber em que medida a política e a verdade se relacionam; trata-se, para a autora, de “encontrar qual dano político o poder é capaz de infringir sobre a verdade” (Arendt, 2006, p. 227, tradução nossa). Arendt tem aqui em mente não apenas o uso da mentira que constantemente se vê na vida política cotidiana, mas, principalmente, o uso da mentira total realizada pelos governos totalitários. É nesse sentido que ela menciona o fato de Trotsky ter sido apagado, durante o período stalinista, dos livros de história da URSS: isso nos mostra a fragilidade dos fatos, de modo que “se agora nós pensamos nas verdades factuais [...], nós imediatamente nos tornamos conscientes de quão mais vulneráveis elas são frente aos tipos de verdade racional juntos” (Arendt, 2006, p. 227, tradução nossa).

Dada a intenção política de Arendt, seu principal foco são as verdades factuais, “a textura efetiva do domínio político” (Arendt, 2006, p. 227, tradução nossa). A vulnerabilidade que elas carregam consigo é um dos principais problemas, sua capacidade de resistir à manipulação de agentes interessados em modificá-la é baixa, isso porque “fatos e eventos [...] ocorrem no campo sempre mutável dos assuntos humanos” (Arendt, 2006, p. 227, tradução nossa). Por certo que as formulações de Euclides, Einstein e Platão poderiam ter se perdido, e sua reconfiguração no mundo não é obra absolutamente fácil de ocorrer novamente, todavia, ainda assim essas verdades se encontram em uma possibilidade de serem novamente alcançadas em face de “as chances de um fato de importância esquecido ou, mais

provavelmente, encoberto pela mentira, ser um dia redescoberto” (Arendt, 2006, p. 227, tradução nossa).

Curiosamente, vivenciamos no Brasil e em outras partes do mundo, atualmente, uma tentativa de reinterpretar certos acontecimentos do passado, algo sempre possível de ser feito, sobretudo quando temos acesso a novas informações e o tempo nos permite olhar mais criticamente para certos acontecimentos, ver suas consequências, analisar seus processos decisórios e compreender as motivações de seus agentes. Todavia, o problema se inscreve não apenas em uma reinterpretação do passado, mas, sobretudo, na negação perene de fatos e eventos, não apenas históricos, mas mesmo científicos, além de acontecimentos que nos são contemporâneos, disponíveis para comprovação em massa. Vemos cotidianamente como atores políticos mentem sobre suas próprias falas e negam certas descobertas científicas, ao passo que fazem propaganda de falsidades sobre a realidade, seja na promoção de medicamentos para fins distintos à sua natureza, seja na mentira deliberada sobre ações de outrem.

Não obstante a facilidade com a qual boa parte da população hoje seja capaz de ter acesso à verificação de tais falas e perceber rapidamente o quanto elas afrontam não apenas o bom senso, mas se aproximam de uma estupidez flagrante, é curioso como muitas dessas pessoas se comprometem em seguir e defender tais orientações. Isso não é novo. Arendt, por exemplo, pôde ver antigos professores, amigos e colegas, pessoas com alta formação universitária e acadêmica, também aderirem ao chamado de Hitler sem muito pudor. O problema que Arendt nos traz também é um problema nosso, o que é certamente curioso, dada a capacidade ainda mais massiva que temos de acessar a verdade, embora, em contrapartida, também seja em grande escala que a dissimulação e a mentira hoje conseguem se reproduzir e camuflar, para tantos outros, o acesso à verdade.

Uma vez que este é também nosso problema, a realidade brasileira serve de exemplo reflexivo. Uma circunstância flagrante a ser apontada foi a defesa contumaz do ex-presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, ao uso da (Hidroxi)Cloroquina para tratamento da COVID-19. Embora todos os estudos demonstrassem a completa ineficácia do citado medicamento para curar ou mesmo reduzir os sintomas do vírus que nos levou a uma pandemia devastadora, o então chefe de Estado e de Governo brasileiro dedicou boa parte de seus discursos para incentivar o consumo do fármaco. A situação se torna ainda mais agravante quando se soma

ao suposto “tratamento precoce”, um kit-covid¹, o qual não apenas é estimulado por Bolsonaro, como passa a ser receitado de forma irresponsável e indiscriminada por diversos médicos do Brasil. Ao mesmo tempo que promove medicamentos ineficazes, Bolsonaro faz uma campanha contrária às vacinas, dificultando a compra de doses já testadas e comprovadamente eficazes e seguras. Por fim, nas investigações da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da COVID-19², apontou-se que haveria um esquema de corrupção do governo Bolsonaro por meio da compra superfaturada da vacina indiana COVAXIN. Na esteira hobbesiana, a verdade sobre a vacina só interessava ao antigo presidente quando ela pudesse ser usada aos seus interesses.

Retornando à promoção – que nunca cessou efetivamente – dos fármacos para a COVID, a estratégia de resposta ao questionamento de comprovação científica, todavia, é conhecida: em vez de simplesmente dizer que há comprovações da eficácia do tratamento (pois não as há), cria-se uma falsa dúvida, uma polêmica inventada. A fórmula é a seguinte: “não há confirmação nem negação de que o tratamento não funcione; na dúvida, então, é melhor realizá-lo”. A pseudodisputa só faz sentido, porém, no discurso que tem como finalidade não informar, mas obscurecer o que se sabe cientificamente, isto porque, afinal de contas, não há essa dúvida na comunidade científica.

Esse modelo de criação de falsas controvérsias, todavia, não é novo. Tatiana Roque (2021) nos apresenta em seu livro *O dia em que voltamos de Marte*, baseada nas pesquisas de Oreskes e Conway em *Merchants of Doubt* (2011), que a ciência do clima – a climatologia – prosperou no século XX mostrando as grandes mudanças climáticas que vêm ocorrendo nas últimas décadas e simulando situações futuras que poderiam levar ao surgimento de um clima desfavorável à vida no nosso planeta. Ademais, a climatologia também aponta que há uma grande parcela de responsabilidade da ação humana nas grandes mudanças climáticas, sobretudo na produção de gases que amplificam o efeito estufa, elemento que leva à atual discussão geológica sobre o Antropoceno. O modelo pelo qual a climatologia opera, todavia, prescinde da categoria de verdade – tomada em sentido absoluto – em favor da probabilidade. O motivo: as variáveis são tamanhas que não é possível termos acesso a todas elas, esse conhecimento nos escapa; entretanto, podemos mensurar diversas variáveis e compará-las, tanto entre si, quanto entre os diversos cientistas em torno do globo. Isso não significa,

¹ Trata-se de um coquetel de remédios composto por: cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina, além de alguns anticoagulantes e vitaminas.

² A CPI da COVID-19 foi criada em 13 de abril de 2021 e concluída em 26 de outubro do mesmo ano.

contudo, um abandono da verdade, mas outra perspectiva pela qual podemos encarar a veracidade do discurso científico.

Frente à assunção dos limites da ciência, a dúvida surge como categoria que não nos abandona: um determinado estudo levar a uma altíssima probabilidade não nos garante um conhecimento absoluto. Isso, porém, não deve ser visto como se esses dados não tivessem credibilidade, pois seu âmbito de testes é extenso e sua efetividade é colocada em questão sempre que novos dados são adicionados. A dúvida é ainda uma possibilidade, mas ela só desponta como válida caso novas evidências coloquem em xeque a efetividade da teoria anteriormente alcançada.

Os *mercadores da dúvida*, por sua vez, não agem dessa forma. Já na descoberta do aumento da temperatura dos oceanos e da influência humana nesse processo, cientistas passaram a ser perseguidos. Junto a isso, nos diz Roque (2021, p. 254), as “empresas de petróleo, cujos interesses seriam diretamente afetados pela diminuição dos combustíveis fósseis, passaram a financiar iniciativas para minar o consenso científico”. Essa estratégia, todavia, não conseguiu negar em absoluto que havia ou não o aquecimento global e que a ação humana seria responsável por isso. É aí que a “dúvida” é levantada como arma retórica, de modo que “os mercadores da dúvida’ decidiram disfarçar o aquecimento global como uma ‘polêmica’”, fazendo com que a mídia caísse nessa armadilha sob a regra de “ouvir os dois lados” (Roque, 2021, p. 271).

A falsa controvérsia, nesse sentido, surge como plano alternativo para quando a estratégia original – a negação da verdade – não é efetiva. Em ambos os casos, o que está em questão é obscurecer o acesso à verdade. Seguindo, assim, a perspectiva de Hobbes, essa verdade que não gera lucro – mas questiona esse lucro – e que se contrapõe a interesses de poderosos passa a ser alvo de disputa e deve ser rebaixada a uma mera opinião. Por sua vez, opiniões contrárias à verdade são colocadas no mesmo patamar de disputa da verdade, apelando para a “liberdade de expressão” como forma de legitimar seus discursos.

2 OPINIÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E VERDADE

O conflito entre Verdade e Política, como Arendt põe em seu texto “Verdade e política”, teria sido primeiramente formulado no âmbito da verdade racional. Isso apareceria em duas perspectivas distintas: quanto à verdade científica, seu contrário é posto como erro ou ignorância, ao passo que relativamente à verdade filosófica, seu contraponto seria a ilusão ou

a opinião. Ao entrarmos, todavia, no campo das verdades factuais, é a “falsidade deliberada, a mentira cabal” que passa a desempenhar papel decisivo. O curioso, percebe Arendt (2009, p. 288), é que no trajeto que vai de Platão a Hobbes, “ninguém [...] tenha jamais acreditado em que a mentira organizada, tal como a conhecemos hoje em dia, pudesse ser uma arma adequada contra a verdade”. Para Platão, o indivíduo que diz a verdade [*truthteller*] põe a sua vida em perigo, ao passo que, em Hobbes, é o autor que escreve as verdades que põem em risco a paz da comunidade que passa a correr perigo com a queima de seus livros.

Platão formularia o problema a partir de um conflito entre o filósofo e o cidadão, pois enquanto este se baseia em opiniões mutáveis, aquele busca alcançar verdades eternas a “partir das quais princípios poderiam ser derivados para estabilizar os assuntos humanos” (Arendt, 2006, p. 228, tradução nossa). A opinião do cidadão é vista, sob tal perspectiva, como algo que está no mesmo âmbito que a ilusão e não promoveria a estabilidade da verdade de que a cidade precisa.

Esse posicionamento da opinião como secundária, ou, mais ainda, como ilusória, é alvo da crítica arendtiana. Isso se dá pela perspectiva republicana de Arendt, ancorada aqui em James Madison, para quem “todos os governos se baseiam na opinião” (Arendt, 2006, p. 228-229, tradução nossa). Ao localizar a opinião como integrante de toda perspectiva política, o que Arendt ressalta é o fato de que, mesmo em governos de tipo tirânico, a opinião pública precisa, de algum modo, ser mobilizada a seu favor: seja para a conquista de tal espaço, seja para sua conservação. Assim, “toda pretensão, na esfera dos assuntos humanos, a uma verdade absoluta, cuja validade não precise de nenhum apoio do lado da opinião, ataca as raízes de toda política e de todo governo” (Arendt, 2006, p. 229, tradução nossa). Há, nessa concepção, uma aproximação entre governante e povo por meio da troca de opiniões, isto é, por certa compreensão mutável das opiniões: mesmo o tirano precisa de apoio popular e, por isso, não pode prescindir da opinião do povo.

Arendt menciona certas mudanças na relação que guardamos com a verdade: haveria uma perspectiva pré-moderna em que se entendia não estar o homem à altura da verdade, isto é, que ele está fadado a emitir somente opiniões, cabendo apenas a Deus o acesso à verdade. Todavia, se essa percepção pode ser vista como uma maldição (pois essa verdade eterna nos seria inacessível), Arendt recorre ao poeta Lessing para nos mostrar outro modo de encarar nossa situação: “Rendamos graças a Deus por não conhecermos a verdade”, o que significa “a percepção de que para os homens, vivendo em companhia, a inexaurível riqueza do discurso

humano é infinitamente mais significativa e cheia de sentido do que qualquer Verdade Única poderia ser” (Arendt, 2006, p. 229, tradução nossa).

Percebamos o quanto Arendt já nos chama a atenção à importância das nossas opiniões para a própria vida compartilhada, isto é, no lugar de uma vida muda frente a uma Verdade sobre a qual não possamos discutir, por estar localizada fora do mundo, Arendt está pondo em destaque a riqueza que há no nosso modo de viver, na riqueza proveniente das infindas perspectivas do mundo que se nos abrem a partir do discurso humano, das opiniões postas para discussão. Esta situação, continua Arendt, está em acordo com um posicionamento filosófico que reconhece os limites da Razão: Kant (1994) e sua *Crítica da razão pura* despontam como caso exemplar, mas também ecoa o republicanismo de Madison, para quem “a razão do homem, como o próprio homem, é tímida e cautelosa quando a sós, e adquirindo firmeza e confiança em proporção ao número dos que se lhe associam” (Madison *apud* Arendt, 2009, p. 291)³. A própria razão, embora tenha seus peculiares limites, é capaz de se tornar mais firme e alcançar maior potência quando junto a outras pessoas,⁴ quando ocorre em uma situação em que a pluralidade humana está ativamente empenhada. Arendt (2009, p. 291) coloca essa concepção como uma das bases pelas quais se pôde “obter liberdade de pensamento para a palavra falada e impressa”.

A liberdade de expressão, expõe Arendt, não é algo simplesmente inato. Nesse sentido, a autora relata como Kant aponta para uma relação de correspondência que se pode verificar entre a privação da liberdade de comunicar publicamente o pensamento com a própria liberdade de pensar, isto é, a incapacidade de expor nossos pensamentos implica a incapacidade de “produzir” os pensamentos ou, em termos similares, não poder comunicar nos conduz a não poder pensar.

A razão humana, por ser falível, só pode funcionar bem se o homem puder fazer ‘uso público’ dela, e isso é igualmente verdadeiro para aqueles que, ainda em estado de ‘tutela’, são incapazes de usar suas mentes/espíritos ‘sem a orientação de outra pessoa’ e para o ‘intelectual’ que necessita que ‘todo público leitor’ examine e controle seus resultados (Arendt, 2006, p. 230).

Comunicar nossas opiniões com outras pessoas sobre nosso modo de encarar a realidade amplia a própria capacidade de pensar. O bom funcionamento da racionalidade não se desenvolve sozinha, mas é estimulada em contato com outros indivíduos que, por sua vez,

³ Arendt, aqui, cita *O Federalista*, nº 49.

⁴ Pode-se, aqui, por exemplo, pensar no modelo de verdade por probabilidade.

também nos comunicam suas opiniões. O que deve ser levado aqui em consideração é tanto, de um lado, a importância da pluralidade humana para que possamos ampliar a nossa racionalidade, quanto, de outro, o fato de que nossa opinião se baseia nos eventos que ocorrem no mundo. Cabe, assim, percebermos que a capacidade de desenvolver uma opinião se ancora nos fatos e na pluralidade humana.

Arendt menciona que, no mundo contemporâneo, o antigo antagonismo entre a verdade do filósofo e as opiniões ditas no mercado se transformou. Se antes as verdades eternas eram alvo de disputa com a opinião pública, o problema entre verdade e política persiste hoje relativamente à verdade factual, a qual “se porventura se opõe ao lucro ou prazer de um determinado grupo é acolhida hoje com maior hostilidade que nunca” (Arendt, 2009, p. 293). Além disso, Arendt aponta para como muitas verdades factuais são transformadas em simples opiniões. Ora, tais questões se revelam como de “imediata relevância política”. Para ela, “o que está em jogo aqui é a própria realidade comum e factual, e isto é de fato um problema político de primeira grandeza” (Arendt, 2006, p. 232, tradução nossa).

Mesmo sendo menos aberta à discussão do que à verdade filosófica, a verdade factual “parece receber destino similar quando exposta na praça do mercado – a saber, ser contrariada não por mentiras ou falsidades deliberadas, mas pela opinião” (Arendt, 2009, p. 294), o que faz Arendt reabrir a discussão entre verdade e opinião. O que a autora coloca aqui é como a verdade factual passa a ser transformada em opinião ao ser posta frente ao público. Dada a sua natureza mundana, a transformação da verdade factual em mera opinião não parece estranha aos muitos indivíduos que entram em contato com ela, pois ao tirar de um fato a sua característica de ter efetivamente ocorrido, ao ser deslocado como sendo tão somente uma opinião, o acontecimento tem sua efetividade questionada e é colocado como apenas uma possibilidade de interpretação. O problema da verdade factual em perder seu *status* de verdade, transformada em opinião, é que fato e opinião ocorrem no interior dos assuntos humanos. Essa origem comum parece fragilizar ainda mais os fatos, pois, ao compartilhar um espaço de aparição em comum, eles podem ser mais facilmente confundidos com uma opinião ou, ainda pior, ser intencionalmente falseados como se fossem apenas uma perspectiva particular.

Aquele que expressa a verdade factual se encontra em situação muitas vezes adversa, pois sua verdade é desse mundo e, por isso, é frágil, não é uma necessidade lógica. A verdade factual envolve pessoas, diz respeito a eventos e situações, seu estabelecimento se dá por

meio de testemunhas e pela comprovação, sua existência depende do ato de fala que a tenha como objeto, isto é, a verdade factual:

É política por natureza. Fatos e opiniões, embora possam ser mantidos separados, não são antagônicos um ao outro; eles pertencem ao mesmo domínio. Fatos informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à sua verdade factual (Arendt, 2009, p. 295).

O domínio a que fatos e opiniões pertencem é o espaço compartilhado entre os seres humanos. O mundo é o seu local de origem, motivo pelo qual a pluralidade humana transita entre fatos e opiniões e, muitas vezes, confunde ambos. Não obstante isso, eles não podem ser igualados ou, ainda, postos como antagônicos. O que Arendt ressalta é que justamente por se distinguirem é que fatos e opiniões podem se relacionar, de tal modo que as opiniões possam estar ancoradas no mundo por meio dos fatos. Isso significa, nos aponta Arendt, que é possível a existência de opiniões diversas a partir da informação de um determinado fato. Nesse sentido, a liberdade de opinião só é legítima caso a informação factual seja garantida: “a verdade factual informa o pensamento político”, de tal modo que a liberdade de opinião não passa de uma farsa caso não seja garantida a informação acerca dos fatos.

Frente a tais discussões, uma pergunta incômoda costuma ser colocada: “Mas os fatos, independentes de opinião e interpretação, realmente existem?” (Arendt, 2006, p. 234, tradução nossa). Para a pensadora, embora muitos fatos possam estar reféns de narrativas adequadas a perspectivas particulares (isto é, quando historiadores, políticos, religiosos etc. tentam reescrever o que ocorreu), isso não constitui “argumento contra a existência de matéria factual, e tampouco pode servir como justificção para apagar as *linhas divisórias entre fato, opinião e interpretação*, ou como uma desculpa para o historiador manipular os fatos a seu bel-prazer” (Arendt, 2009, p. 296, grifo nosso).

A questão principal está ligada a dados elementares sobre acontecimentos mundanos, mas penso que também serve para pensar nas verdades científicas. Arendt (2006, p. 234-235) ilustra tal questão com uma conversa entre Clemenceau e um político da República de Weimar após a primeira grande guerra: não se sabe o que pensarão a respeito do ocorrido, mas certamente não poderão dizer que a Bélgica invadiu a Alemanha, em referência, justamente, ao FATO de a Alemanha ter invadido a Bélgica na batalha de Liège, a primeira batalha da Primeira Guerra Mundial e que marca o início da ofensiva alemã. O que se coloca

aqui é um fato básico, um evento que informa nossas opiniões, no caso em questão, sobre o início da guerra.

A independência da verdade, pensa Arendt, embasa o ódio que tiranos têm dela: ela representa algo que está além da vontade do tirano, algo que ultrapassa sua capacidade de comandar. De modo similar, os fatos também estão situados em uma esfera sob a qual não cabe acordo ou consentimento para seu estabelecimento: toda opinião sobre eles não envolve uma discussão sua veracidade, a qual se posiciona fora do debate e, justamente por isso, o embasa.

Não obstante isso, a evidência dos fatos depende da pluralidade humana, pois “é estabelecida por meio do depoimento de testemunhas oculares – notoriamente não confiáveis – e por registros, documentos e monumentos, os quais, todos, podem ser suspeitos de falsificação” (Arendt, 2006, p. 239, tradução nossa). Como menciona Geraldo Pereira (2019, p. 177), há uma “vizinhança epistemológica entre a verdade dos fatos e a opinião”. Isso implica uma vulnerabilidade, pois ela se encontra em uma situação na qual sua existência não é assegurada por nenhuma necessidade científica, matemática ou lógica; ademais, suas fontes de confirmação podem ser dubitáveis. Não há, aqui, um procedimento que satisfaça ao apelo epistemológico clássico no qual a verdade é, por fim, verificada.

Para Arendt, isso traz consequências tanto para a credibilidade daquele que conta a verdade, quanto para a própria existência da verdade. Isso porque, quando os fatos são narrados para o público e apelam para a coercitividade proveniente de sua natureza, como são vulneráveis, eles competem com a persuasão da opinião. Ao ingressarem em praça pública, podem vir a ser desmentidos como fatos e transformados em opinião, uma dentre tantas, mas, diferente das outras, o agora “fato-opinião” não possui o mesmo grau de persuasividade que as demais opiniões, as quais, por sua vez, apelam para princípios transcendentais, externos ao âmbito público.

O importante a reter dessa discussão de Arendt, penso, é sua insistência em colocar a verdade como um elemento que está localizado fora do espaço público. Em suma, os fatos são coercitivos não no interior da vida política, mas naquilo que a circunda e sobre o que não cabe discussão; as verdades factuais são políticas por informarem as opiniões, por serem uma pedra angular sobre a qual podemos formular nossas opiniões e, por isso, serem também a condição para a própria vida política. O problema talvez esteja nos limites que existem entre a coerção da verdade e a política, os quais podemos ultrapassar e mesmo borrar em vista de uma normatividade forte. Sobre isso, Geraldo Pereira bem escreve ao designar como uma *hybris*,

desmedida, o uso da verdade na vida política. Trata-se, assim, da tentativa de transformar uma opinião em uma verdade, o que, por certo, leva a coerção para dentro do âmbito público.

Podemos ver isso, inclusive, na defesa cínica da liberdade realizada por Bolsonaro contra as medidas de distanciamento social em razão da pandemia da COVID-19. De um lado, o então presidente do Brasil negava a própria existência da doença; depois passou a negar não necessariamente sua existência, mas diminuía a gravidade de seus riscos, comparando-a com outra doença respiratória qualquer, “uma gripezinha”. De outro lado, o presidente realizava uma campanha de desinformação junto à promoção de medicamentos ineficazes para a referida doença. Ademais, Bolsonaro travava uma disputa com os governadores, estes empenhados em realizar uma campanha de vacinação junto às medidas de distanciamento social. A fim, então, de se autopromover, coube ao então presidente dizer que estava defendendo a liberdade contra a censura dos governadores, transformando sua mentira em uma opinião que se pretende verdade, ao passo que lidava com as verdades científicas e factuais como se fossem opiniões falsas: seja por uma via de ataque à China, seja pelo ataque aos governadores brasileiros. Por fim, uma vez que o STF – Superior Tribunal Federal – vem minando certas mídias e atores ligados ao bolsonarismo em sua promoção contínua de mentiras, o ex-presidente também o elegeu como adversário que era preciso também descredibilizar, apelando, ainda, para o princípio da liberdade, mesmo que de forma falseável.

Ora, se a opinião é formada a partir dos fatos, ao se inventarem mentiras como se fossem fatos, Bolsonaro passa a formar opiniões falseadas junto a seus discípulos, as quais tornam-se força motriz de mobilização nacional. A estratégia bolsonarista, nesse sentido, se dirige inclusive na não aceitação do resultado das eleições presidenciais. Desde a corrida eleitoral de 2018, o ex-militar se dedicou a colocar em dúvida a legitimidade do sistema eleitoral brasileiro. Ainda que sua segurança tenha sido atestada por diversos atores e setores brasileiros (incluindo o exército) e tenha contado com observadores estrangeiros, Bolsonaro continuou a descredibilizar o processo eleitoral. Com base nisso, não é de se estranhar que uma parcela relevante de seus eleitores não tenha aceitado a derrota, a ponto de pedirem por um golpe militar. É claro que suas opiniões foram forjadas no seio de desinformação instaurado por Bolsonaro, de modo que o núcleo de propaganda foi financiado por empresários interessados no lucro que as mentiras podem levar a eles.

O ataque à democracia brasileira ocorrido no dia 08 de janeiro de 2023 foi condicionado pelo falseamento de fatos, pela criação de falsas polêmicas e pela defesa de uma liberdade de expressão que não é senão uma farsa, pois não é informada por verdades factuais,

mas se baseia em mentiras flagrantes e em um desejo de dominação. A responsabilidade política está ancorada no respeito à história, na legitimidade das descobertas científicas e na discussão em torno de opiniões que refletem diferentes visões de mundo, mas que não se empenham em apagar o mundo para se promover. Bolsonaro pode ser, por isso, apontado como a principal, embora não a única, pessoa a ser responsabilizada pelo terrorismo recente e sua concomitante tentativa de golpe de Estado. Seu desrespeito à verdade, à pluralidade humana, aos fatos e à ciência levaram a quase 700 mil mortes por COVID no Brasil e ajudaram a criar um caos político e social.

A verdade é, portanto, base pela qual nossa liberdade pode iniciar a se afirmar no mundo, pois se mantém atada à nossa realidade e aberta a diversos modos de compreendê-la. Por isso, ao final de seu ensaio “Verdade e política”, Arendt (2006, p. 259, tradução nossa) nos diz: “Conceitualmente, nós podemos chamar de verdade o que não podemos mudar; metaforicamente, ela é o solo no qual nós nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós”.

Dizer que a verdade é o solo no qual nos erguemos é perceber que ela é o que nos dá sustentação, aquilo que, caso usurpemos, pode vir a dar espaço para que tudo se desmorone e que toda existência seja comprometida. A verdade factual é também o céu que se estende sobre nós no sentido de ser algo para o qual olhamos com louvor e admiração, algo que existe independente de nós e que podemos tão somente observar de maneira desinteressada. A verdade, em Arendt, desponta não como o negativo da política, mas como aquilo que ajuda a estabilizá-la e a dar sentido a ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verdade sobre os fenômenos histórico-políticos é ao mesmo frágil e potente. Sua fragilidade reside em sua não necessidade, sua contingência: ela poderia nunca ter sido, mas o foi. Além disso, ela não nos garante uma segurança sobre os eventos que se seguirão a ela, a verdade factual não nos informa sobre previsões futuras nem qual a sua importância para nosso futuro, motivo pelo qual Arendt tantas vezes ressalta que uma das características da ação política é sua imprevisibilidade. Não obstante isso, sua potência está em sua capacidade de nos revelar o mundo. Como essa revelação nunca é obtida em isolamento, a pluralidade humana – com suas várias interpretações sobre o que é revelado – se apresenta junto à realidade fenomênica. Nossa relação com a verdade se vincula à nossa capacidade de viver

em um mundo compartilhado com outras pessoas, cada uma capaz de interpretar os fatos e trazer modos distintos de como eles podem ser encarados. A distinção em nossas opiniões parte do fato, não de sua negação. As várias opiniões se informam a partir dessa verdade factual, e nossa liberdade desponta a partir de um mundo vivido em comum.

A potência do fato, apesar de sua fragilidade, reside, assim, em sua capacidade de nos proporcionar uma vida qualificada pela liberdade de discutirmos nossas distintas opiniões e pensar sobre nossos modos de convivência. A liberdade de expressão se converte em liberdade política quando, após compartilharmos nossas opiniões, somos capazes de agir em concerto. A liberdade política não é uma consequência inevitável de nossa relação com os fatos, isto é, nada garante que necessariamente assegurar a verdade sobre os fatos vá nos proporcionar um modo de vida compartilhado em liberdade. O que podemos dizer é que manter a memória sobre os acontecimentos histórico-políticos, bem como das verdades científicas, é uma condição básica para a existência da formação de opiniões significativas, de modo que nossa liberdade de expressão só faz sentido se ela está ancorada em fatos; do contrário, ao tentar negá-los, o que se tem é uma liberdade falseada, uma farsa que possibilita, por sua vez, a dominação, a negação de uma vida livre.

Segredos de Estado sempre continuarão a existir, a completa transparência também pode ser um vetor do domínio, todavia não é legítimo usar a necessidade que um Estado tem de guardar certas informações sigilosas como subterfúgio para negar nosso passado ou, ainda, para decretar sigilos centenários acerca da coisa pública. Garantir aos cidadãos do presente e às gerações futuras o acesso aos fatos de nosso passado e informações sobre nossas circunstâncias contemporâneas é um dos modos que temos de proteger o mundo comum perante os riscos da dominação por meio do raciocínio ideológico e, quando este último falha, da violência. Negar os fatos histórico-políticos é, assim, uma forma também de impedir a liberdade humana; resistir ao processo de dominação demanda que defendamos nossa história, por mais que ela seja cheia de fracassos e sucessos. A coragem de dizer a verdade implica uma forma de nos reconciliarmos com o mundo e torná-lo nossa morada, é a base pela qual podemos afirmar e desenvolver nossas liberdades de pensar, de nos exprimir e de agir.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, revisão técnica Adriano Correia. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (Edição de bolso).

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. Philosophy and politics. **Social Research**, Baltimore, v. l. 57, n. 1, p. 73-103, Spring 1990.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARENDT, Hannah. Truth and politics. *In*: ARENDT, Hannah. **Between past and future**. New York: Penguin Group, 2006.

ARENDT, Hannah. Verdade e política. *In*: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BÍBLIA. **Evangelho segundo João**. Tradução, apresentação e notas de Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Tradução de Rosina D'Angina. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2000.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Mourão. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik. **Merchants of doubt**: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to climate change. New York: Bloomsbury Press, 2011.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEREIRA, Geraldo. **Verdade e política na obra de Hannah Arendt**. Curitiba: Appris, 2019.

ROQUE, Tatiana. **O dia em que voltamos de marte**: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente. São Paulo: Planeta, 2021.